



RESULTADOS E DESEMPENHO EM MARÇO DE 2016

Resultados Econômico-Financeiros (R\$ milhões) ⁽¹⁾	1T 2016	1T 2015 Reapresentado **	Variação	Variação %
Receita Bruta	2.108,4	2.282,1	-173,7	-7,6%
Receita Líquida	1.142,8	1.502,0	-359,3	-23,9%
EBITDA	185,6	249,1	-63,5	-25,5%
Margem EBITDA	16,2%	16,6%	-0,3p.p.	-2,1%
Lucro Líquido	64,9	116,3	-51,4	-44,2%
Dívida Líquida	1.900,6	1.535,8	364,8	23,8%
Investimentos	73,5	74,8	-1,3	-1,7%

Outros Resultados	mar/16	mar/15	Variação	Variação %
Volume de fornecimento (GWh)	3.080,1	3.341,4	-261,3	-7,8%
Consumo de energia na área de concessão (GWh)	3.974,1	4.210,6	-236,5	-5,6%
Clientes (milhares)	2.515,9	2.456,4	59,5	2,4%
DEC anualizado (horas)	8,50	8,14	0,36	4,4%
FEC anualizado (interrupções)	4,69	4,90	-0,21	-4,3%
Perdas de Distribuição (%) ⁽²⁾	7,67%	6,98%	0,69p.p.	9,9%
Rating corporativo (Standard & Poor's)	brAA-	brAAA	-	-

⁽¹⁾ Em milhões de Reais, exceto onde indicada outra unidade de medida.

⁽²⁾ Este indicador não contempla o valor das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DITs), que passou a ser contabilizado desde set/12 pela CCEE como perdas das distribuidoras. Caso incluído este efeito, o índice de perdas em mar/16 da Elektro seria de 9,55% – ver item 12.2. – Perdas de Distribuição.

** Após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, a Elektro procedeu, conforme as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com a realização de ajustes e reclassificações de forma retrospectiva de alguns números de 2015. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 2.

SUMÁRIO

1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS	3
2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
3. AMBIENTE ECONÔMICO	3
4. CENÁRIO DO SETOR ELÉTRICO E AMBIENTE REGULATÓRIO	4
4.1. Quarto Ciclo de Revisão Tarifária.....	4
4.2. Revisão Tarifária Extraordinária	4
4.3. Decreto nº 8.221/14	5
4.4. Conta de Desenvolvimento Energético.....	5
4.5. Bandeiras Tarifárias.....	6
4.6. Sobrecontratação de energia.....	6
5. DESEMPENHO COMERCIAL	7
5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição.....	7
5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia.....	9
5.3. Contratos de Compra de Energia	10
6. RESULTADOS	11
6.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	13
7. ESTRUTURA DE CAPITAL	14
7.1. <i>Covenants</i> Financeiros.....	15
8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	16
9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	16
10.FLUXO DE CAIXA	17
11.INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO	17
12.DESEMPENHO OPERACIONAL	18
12.1.DEC e FEC	18
12.2.Perda de Distribuição	19

1. A ELEKTRO E O MERCADO DE CAPITAIS

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (“Elektro” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e listada na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob os códigos EKTR3 (ações ordinárias) e EKTR4 (ações preferenciais). Do total de ações emitidas e em circulação, 0,32% são negociadas no mercado.

Em 31 de março de 2016, o capital social da Elektro era de R\$ 952,5 milhões, divididos em 91,9 milhões de ações ordinárias e 101,9 milhões de ações preferenciais, conforme tabela a seguir:

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA EM 31/03/2016						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total de Ações	
	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)	Qtde.	Part (%)
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	99,97%	101.279.596	99,41%	193.135.421	99,68%
Acionistas Minoritários	25.147	0,03%	598.697	0,59%	623.844	0,32%
Total	91.880.972	100,00%	101.878.293	100,00%	193.759.265	100,00%
<i>Participação sobre o total de Ações</i>		47,42%		52,58%		100,00%

A política atualmente praticada pela Elektro para distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio aos seus acionistas é de 100% do lucro (disponível¹) do exercício, considerando que em 2012 a Companhia atingiu o limite de constituição das Reservas, de acordo com o disposto no Art. 193 § 1º da Lei 6.404/76.

2. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A Elektro mantém um canal de comunicação com o mercado pelo *website* ri.elektro.com.br, pelo endereço eletrônico ri@elektro.com.br ou pelo telefone (19) 2122-1487.

3. AMBIENTE ECONÔMICO

O início de 2016 manteve a trajetória do cenário econômico desafiador, fruto do arrefecimento da atividade econômica e instabilidade política interna, refletindo na retração do mercado de trabalho e redução da renda e demanda.

Até março de 2016, a taxa básica de juros (SELIC) ficou mantida em 14,25% pelo Comitê de Política Monetária (Copom) e o Conselho Monetário Nacional (CMN) também manteve a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), principal indexador de empréstimos do BNDES, em 7,5% ao ano (fixada até junho de 2016).

O Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) registrou 2,97% a.a. no primeiro trimestre de 2016, incremento de 0,94 p.p., quando comparado com o mesmo período de 2015. Com relação ao Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o indicador apresentou inflação de 2,68% a.a., redução de 1,15 ponto percentual sobre o primeiro trimestre de 2015, reflexo da redução no preço de alguns alimentos e do efeito das bandeiras tarifárias nas tarifas de energia elétrica.

A moeda brasileira fechou março de 2016 em R\$ 3,5589/US\$, com desvalorização de 10,94% frente ao dólar norte-americano de 31 de março de 2015, cotado a R\$ 3,2080/US\$ e valorização de 2,47% frente a moeda de 31 de dezembro de 2015, cotada a R\$ 3,9048/US\$.

Para o comércio exterior brasileiro, segundo apuração do MDIC (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio), o saldo acumulado da Balança Comercial em março de 2016 foi um superávit de US\$ 8,4 bilhões, superando o déficit de US\$ 5,5 bilhões do mesmo período de 2015. O resultado no primeiro

¹ Lucro Líquido ajustado pela reclassificação do plano de pensão. Os valores ajustados contra resultados abrangentes, conforme parágrafo 120 C do CPC 33 (R1), são reconhecidos imediatamente em lucros ou prejuízos acumulados e apresentados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

trimestre de 2016 é o melhor dos últimos anos. Durante os meses de janeiro a março de 2016, as exportações somaram US\$ 40,6 bilhões, enquanto as importações somaram US\$ 32,2 bilhões.

O PIB do país recuou 3,8% ao longo de 2015, causado, principalmente pela queda da produção industrial e retração do investimento em setores como construção civil, infraestrutura, automobilístico e linha banca.

Os indicadores econômicos que mais influenciam os resultados da Elektro apresentaram a seguinte evolução:

Indicadores	Variação Acumulada		
	1T 2016	1T 2015	Variação
Taxa de Câmbio R\$/US\$ (*)	3,5589	3,2080	0,3509
Valorização / (desvalorização) cambial - Real em relação ao Dólar	-2,47%	-20,77%	18,3 p.p.
IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)	2,97%	2,03%	0,94 p.p.
IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo)	2,68%	3,83%	-1,15 p.p.
CDI (Certificado de Depósitos Interbancários)	3,25%	2,81%	0,44 p.p.
TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo)	1,82%	1,35%	0,47 p.p.

(*) Cotação no encerramento do período.

4. CENÁRIO DO SETOR ELÉTRICO E AMBIENTE REGULATÓRIO

4.1. Quarto Ciclo de Revisão Tarifária

O Contrato de Concessão estabelece que a Elektro deve passar pelo processo de Revisão Tarifária a cada quatro anos. A Revisão Tarifária tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, assegurando uma tarifa justa para os consumidores, estimulando o aumento da eficiência e a qualidade do serviço prestado pela Distribuidora, além de preservar a atratividade financeira para os investidores.

A metodologia definitiva para o 4º Ciclo de Revisões Tarifárias possibilitou a elevação do WACC (líquido de impostos) de 7,50% (no 3º Ciclo de Revisões Tarifárias) para 8,09%.

A Quarta Revisão Tarifária da Elektro foi concluída no dia 27 de agosto de 2015, homologada pela Resolução nº 1.944 da ANEEL de 25 de agosto de 2015, utilizando as metodologias recentemente aprovadas pela ANEEL: Custos Operacionais; Perdas Técnicas e Não Técnicas de Energia; Base de Remuneração Regulatória (BRR); Custo de Capital – WACC; Fator X; Outras Receitas e Receitas Irrecuperáveis, a qual resultou em uma elevação média nas tarifas de 4,20%.

Este resultado reflete, de forma positiva, o elevado nível de eficiência operacional da Elektro, conquistado ao longo dos últimos quatro anos, com a implantação de um modelo de gestão baseado na busca constante de eficiências, por meio de inovações e melhoria contínua de processos, que acarretou no reposicionamento da Elektro no modelo de *benchmarking* regulatório (94% no 4º ciclo, contra 69% no 3º ciclo), com o consequente reflexo em maior cobertura tarifária de seus custos operacionais. Nesta Revisão, a Elektro também obteve o reconhecimento integral de seus investimentos realizados durante o último ciclo tarifário, resultado de mudanças nos processos de planejamento, execução, apontamento, capitalização e ativação de obras, bens e serviços, em implantação desde 2009 e concluído neste ciclo. Estas mudanças, fundamentalmente baseadas no uso de novas tecnologias, em campo e no *back office*, e no apontamento de horas das equipes operacionais, através de dispositivos integrados aos sistemas técnicos e transacionais, foram cruciais para obtenção de integral reconhecimento tarifário dos investimentos realizados.

4.2. Revisão Tarifária Extraordinária

Conforme previsto no Contrato de Concessão, a Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) deve ser aplicada para garantir o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras de energia. Diante da elevação dos custos com a compra de energia de Itaipu, do preço realizado no 14º Leilão de Energia Existente e no 18º Leilão de Ajuste e do aumento da cota anual do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), a Elektro solicitou ao regulador uma RTE, de forma a não ocasionar um descompasso expressivo em seu caixa. A RTE da Elektro foi aprovada em 2 de março de 2015, com índice médio de aumento de 24,25% para seus consumidores.

4.3. Decreto nº 8.221/14

As Distribuidoras de energia elétrica enfrentaram ao longo dos anos de 2013 e 2014 uma significativa pressão sobre os seus resultados e dispêndios de caixa em decorrência da forte elevação dos custos da energia ocasionados pela: (i) elevação de preços no mercado de curto prazo devido a redução da oferta de contratos de energia a partir da não renovação de algumas concessões de usinas geradoras; (ii) condições hidroenergéticas desfavoráveis à época, o que culminou no despacho das usinas térmicas com preços bem mais elevados. Diante deste cenário, o Governo Federal, dentre outras medidas, permitiu o repasse às distribuidoras de recursos provenientes do fundo da CDE para neutralizar esses efeitos.

Sendo os recursos provenientes do fundo da CDE insuficientes para neutralizar a exposição das distribuidoras, foi publicado em abril de 2014 o Decreto nº 8.221, que criou a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, a fim de normatizar o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos e consequente repasse às empresas distribuidoras.

Para que a CCEE pudesse iniciar a liquidação dos seus compromissos junto aos bancos, todas as distribuidoras iniciaram o repasse nas tarifas a partir do mês de seu Reajuste ou Revisão Tarifária de 2015. Sendo assim, através da Resolução Normativa nº 1.863/15, a ANEEL homologou para a Elektro um incremento na tarifa equivalente a R\$ 26,0 milhões por mês, que será repassado à CCEE a partir de agosto de 2015 até fevereiro de 2020, sendo atualizado periodicamente. Para o período de setembro a dezembro de 2015 a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 104,0 milhões e ao longo do primeiro trimestre de 2016 R\$ 78,0 milhões.

A CCEE vem liquidando esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas são estabelecidas pela ANEEL para pagamento mensal de cada empresa distribuidora de energia e não possuem nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. Adicionalmente, a Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esses contratos.

4.4. Conta de Desenvolvimento Energético

Conforme Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.891/13, a CDE deve suportar os subsídios tarifários destinados a cobrir descontos concedidos na tarifa pelas Distribuidoras de Energia Elétrica a determinadas classes de clientes, de forma a manter o equilíbrio econômico-financeiro de seus contratos de concessão. O mecanismo de ressarcimento concedido às distribuidoras ocorre através de repasses operacionalizados pelas Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás).

Em julho de 2015, a Associação Brasileira Consumidores de Energia (ABRACE) questionou em Juízo o pagamento de alguns itens que compõem a CDE e a sua forma de rateio proporcional ao consumo dos clientes, obtendo uma liminar que permitiu a isenção parcial do pagamento desse encargo para os seus associados. Após a abertura da Audiência Pública nº 057/15, a diretoria da ANEEL em reunião realizada em 25 de setembro de 2015 fixou as novas tarifas para os associados da ABRACE, e as publicou por intermédio da Resolução Homologatória nº 1.967/15 cuja aplicação deveria ser retroativa a 3 de julho de 2015, a fim de dar cumprimento à ordem judicial.

Como esse impacto na arrecadação prevista para o encargo não recebeu a correspondente diminuição na cota de aportes para a CDE de cada distribuidora, e para evitar um desequilíbrio financeiro para o setor de distribuição, a ABRADDEE (associação Brasileira de Distribuidores de Energia) ingressou em Juízo e obteve no dia 12 de dezembro de 2015 a permissão para deduzir do saldo a pagar de CDE os montantes mensais que deixaram de ser faturados devido à liminar da ABRACE. No ano de 2016 a Companhia deduziu o montante de R\$ 6,8 milhões.

Adicionalmente, como a Elektro não vinha recebendo da Eletrobrás a integralidade dos repasses dos valores de subsídios, e em contrapartida vinha recolhendo normalmente sua cota mensal à CDE, em 6 de agosto de 2015, a Companhia ingressou em Juízo e obteve ordem liminar permitindo que fossem deduzidos dos pagamentos devidos à CDE os valores não repassados pela Eletrobrás e já vencidos, evitando um descasamento de caixa no primeiro trimestre de 2016, no montante de R\$ 53,6 milhões (R\$ 211,4 milhões em dezembro de 2015).

Considerando o disposto no Pronunciamento CPC 39 Instrumentos Financeiros: Apresentação, parágrafo 42, apenas para a parcela para as quais recebemos o recibo de quitação da Eletrobrás (R\$ 211,4 milhões), a Companhia realizou a compensação em suas contas patrimoniais.

4.5. Bandeiras Tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, estabeleceu os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de Bandeiras Tarifárias, cujos valores são publicados pela ANEEL, a cada mês, em despacho, tendo entrado em vigor em janeiro de 2015.

Este sistema tem como finalidade indicar se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia elétrica, para cobrir os custos adicionais de geração térmica, os custos com compra de energia no mercado de curto prazo, Encargo de Serviços de Sistema - ESS e risco hidrológico. Por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, e decorrente da Audiência Pública 081/15, a ANEEL estabeleceu uma nova faixa de Bandeira Tarifária, resultando em quatro faixas: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo.

Dessa forma, no primeiro trimestre de 2015, vigorou a bandeira vermelha, nos montantes de R\$30/MWh para janeiro e fevereiro e R\$55/MWh a partir de março. Já em 2016, foi aplicada bandeira vermelha em janeiro no valor de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1 em fevereiro com acréscimo de R\$30/MWh e em março a amarela no valor de R\$15/MWh.

Em fevereiro de 2015, foi criada através do Decreto nº 8.401, a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), cuja função é centralizar o recolhimento dos recursos provenientes da aplicação das Bandeiras Tarifárias e apurar qual a diferença entre este total faturado e a cobertura tarifária de cada agente de distribuição. De posse dessas informações, é feito um rateio para equalizar entre todos os agentes o efeito desta arrecadação. Em março de 2016, o montante registrado de Bandeiras Tarifárias pela Elektro é de R\$ 107,1 milhões (R\$ 95,5 milhões em março de 2015), sendo R\$ 109,7 milhões (R\$ 86,6 milhões em março de 2015) recebidos através do faturamento das contas de energia parcialmente compensados pelo pagamento à CCRBT no montante de R\$ 2,6 milhões (R\$ 8,9 milhões recebido da CCRBT em março de 2015).

O mecanismo das Bandeiras Tarifárias, de maneira complementar a Revisão Tarifária Extraordinária, tem como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro das distribuidoras. As variações de custos remanescentes são registradas na CVA para inclusão no próximo processo de Reajuste Tarifário, tendo a neutralidade assegurada no resultado da Companhia.

4.6. Sobrecontratação de energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano. Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No final de 2014, visando um maior equilíbrio no custo da energia comprada pelas empresas de distribuição, a ANEEL propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora.

Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, com a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, outro item relacionado à sobrecontratação é o impacto da redução no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, que também pode contribuir para que as empresas apresentem um cenário de exposição e vem sendo tratado pelas distribuidoras através de

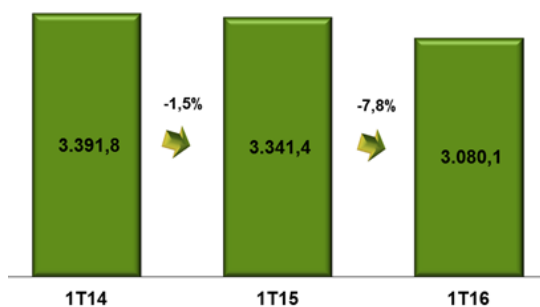
sua associação (ABRADEE) no âmbito do MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

A Companhia tem até o encerramento do ano de 2016 para concluir e endereçar todos os pontos relacionados à sobrecontratação, visando assegurar que haja cobertura tarifária integral para estes eventos.

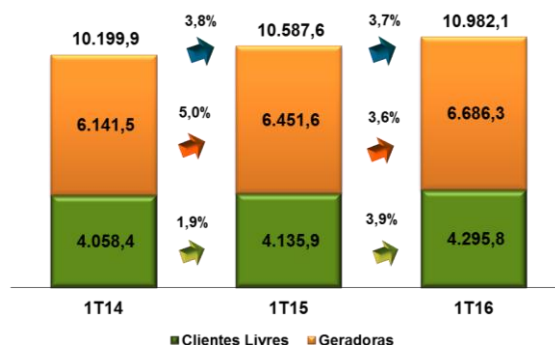
5. DESEMPENHO COMERCIAL

5.1. Fornecimento de Energia e Uso do Sistema de Distribuição

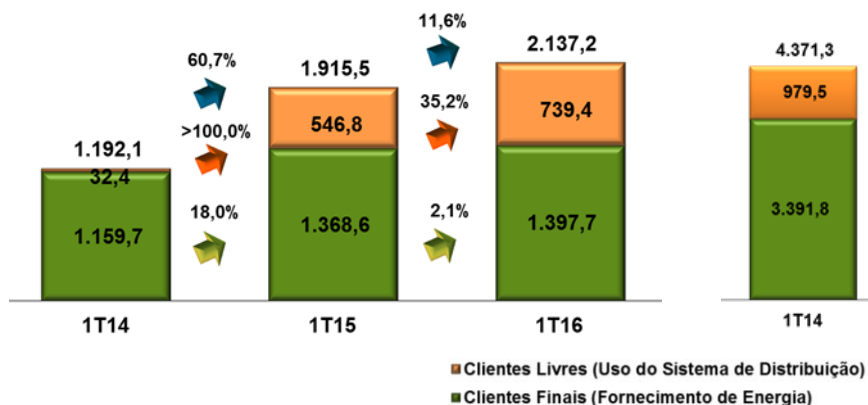
Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (GWh) ^(*)



Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras (MW) ^(*)



Receita de Fornecimento de Energia e de Uso do Sistema (R\$ milhões)



Consumo Total de Energia Elétrica na Área de Concessão (GWh) ^(*)



^(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Fornecimento de Energia a Clientes Finais	GWh (*)		
	1T 2016	1T 2015	Var. %
Residencial	1.143,7	1.197,3	-4,5%
Industrial	710,5	864,5	-17,8%
Comercial	677,6	707,2	-4,2%
Rural	231,0	249,1	-7,3%
Poder Público	78,1	82,1	-4,9%
Iluminação Pública	117,9	115,6	1,9%
Serviços Públicos	121,2	125,4	-3,4%
Total de Fornecimento de Energia a Clientes Finais	3.080,1	3.341,4	-7,8%
Consumo Total de Energia Elétrica na Área de Concessão (Finais + Livres)	3.974,1	4.210,6	-5,6%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	MW (*)		
	1T 2016	1T 2015	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	10.982,1	10.587,6	3,7%

Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais	R\$ milhões		
	1T 2016	1T 2015	Var. %
Residencial	551,9	505,1	9,3%
Industrial	312,6	326,2	-4,2%
Comercial	315,7	283,7	11,3%
Rural	66,0	61,2	8,0%
Poder Público	32,7	30,8	6,1%
Iluminação Pública	32,5	26,6	22,2%
Serviços Públicos	50,6	43,3	16,9%
Receita não Faturada ⁽²⁾	35,6	91,8	-61,2%
Total de Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais	1.397,7	1.368,6	2,1%

Uso do Sistema de Distribuição por Clientes Livres e Geradoras	R\$ milhões		
	1T 2016	1T 2015	Var. %
Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição ⁽¹⁾	739,4	546,8	35,3%
Receita de Fornecimento de Energia + Uso do Sistema de Distribuição (R\$ milhões)	2.137,2	1.915,5	11,6%

⁽¹⁾ A Soma das Demandas de Uso do Sistema de Distribuição está apresentada como demanda faturada.

⁽²⁾ Receita de fornecimento de energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor após a medição mensal e até o último dia do mês, calculada com base na carga de energia distribuída referente ao período apurado.

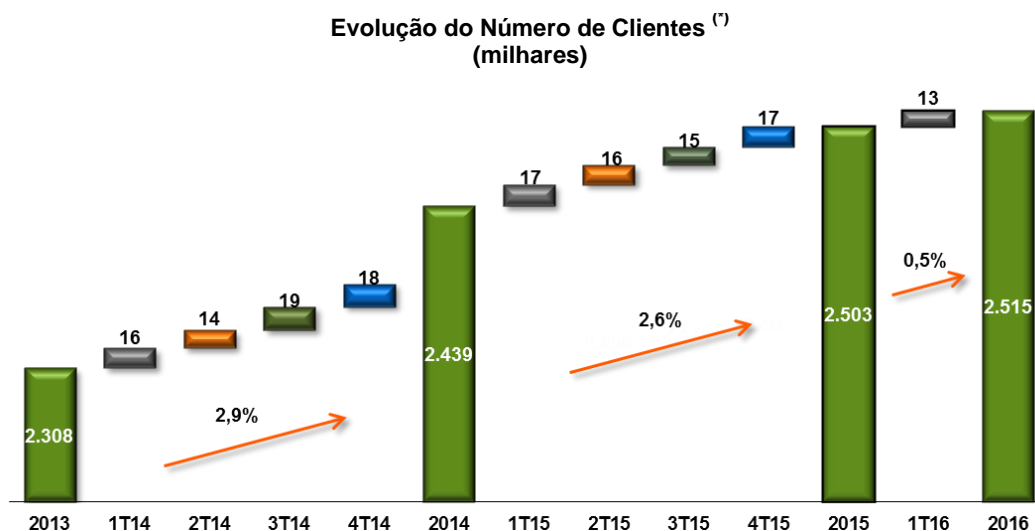
No primeiro trimestre de 2016 a Elektro forneceu 3.080,1 GWh de energia elétrica a clientes finais, representando uma redução no consumo de 7,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (3.341,4 GWh). Se analisarmos a área de concessão, considerando os clientes livres e cativos, a redução foi de 5,6%. O cenário econômico desfavorável tem contribuído para a redução do consumo de energia elétrica no País.

Durante o período de janeiro a março de 2016, a classe industrial cativa apresentou decréscimo de 17,8%, se considerarmos os clientes industriais livres e cativos, a diminuição foi atenuada para 8,1%, impactos especialmente afetados (i) pelo fraco desempenho da Produção Industrial, que segundo dados IBGE, apresentou redução de 11,8% nos dois primeiros meses do ano e (ii) pela migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre, motivados pela redução dos preços no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

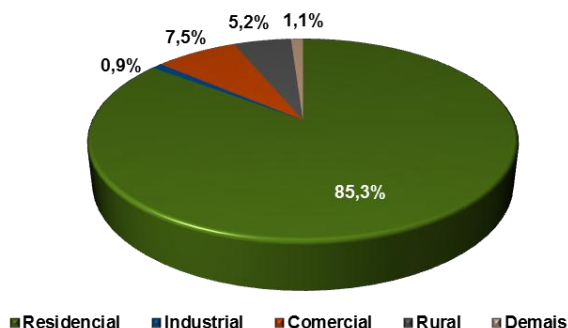
As classes residencial e comercial apresentaram reduções de 4,5% e 4,2% respectivamente. O cenário econômico com a conseqüente retração do mercado de trabalho e diminuição de renda, associados a elevação das tarifas e temperaturas mais amenas do que as registradas nos três primeiros meses de 2016, foram os principais fatores desses resultados.

Com relação a classe rural, o consumo menor em 7,3% quando comparado ao primeiro trimestre de 2015, ocorreu devido ao alto índice de precipitação (especialmente no final de 2015 e início de 2016), reduzindo a necessidade da utilização de sistemas de irrigação.

Em março de 2016, a Elektro registrou 2.515 mil de consumidores cativos, representando incremento de cerca de 13 mil novos clientes durante o primeiro trimestre do ano. No mercado livre foram 134 clientes em relação a 117 consumidores atendidos no mesmo período do ano anterior.



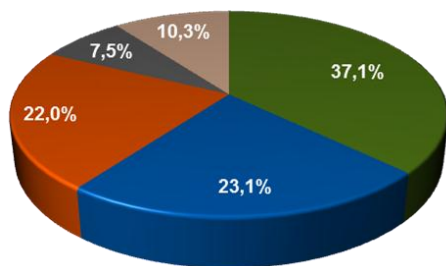
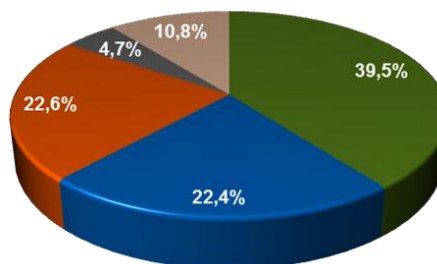
Segmentação dos Clientes ^(*)
(Total: 2,5 milhões)



(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

5.2. Segmentação do Fornecimento de Energia

O fornecimento de energia elétrica a clientes finais apresentou a seguinte segmentação no primeiro trimestre de 2016:

Volume de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (3.080,1 GWh)^(*)

Receita de Fornecimento de Energia a Clientes Finais (R\$ 1.397,7 milhões)⁽¹⁾


■ Residencial ■ Industrial ■ Comercial ■ Rural ■ Demais

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

(1) Inclui receita não faturada a clientes finais.

5.3. Contratos de Compra de Energia

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência mínima de cinco, três ou um ano. Conforme previsto na regulamentação do setor, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas das variações de custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No final de 2014, visando um maior equilíbrio no custo da energia comprada pelas empresas de distribuição, a ANEEL propôs uma realocação das cotas de energia proveniente das geradoras que possuem um preço médio menor e que tiveram seus contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/2013, alterando, a partir de janeiro de 2015, os montantes contratados de cada distribuidora.

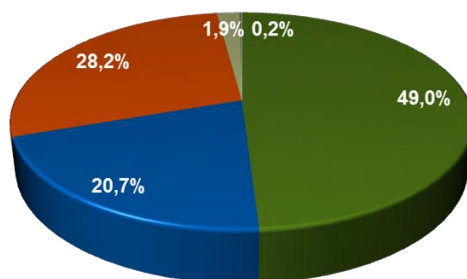
Com o intuito de evitar um desequilíbrio econômico-financeiro para as empresas do setor, a ANEEL, através da Resolução Normativa nº 706 de 1º de abril de 2016, informou que o efeito desta realocação de cotas será considerado como involuntário, ou seja, com a respectiva cobertura tarifária.

Concomitante à questão das cotas, outro item relacionado à sobrecontratação é o impacto da redução no consumo de energia em decorrência do cenário econômico desfavorável, que também pode contribuir para que as empresas apresentem um cenário de exposição e vem sendo tratado pelas distribuidoras por meio de sua associação (ABRADEE) no âmbito do MME e ANEEL, para endereçamento apropriado de forma a mitigar possíveis impactos para o setor.

A Companhia tem até o encerramento do ano de 2016 para concluir e endereçar todos os pontos relacionados à sobrecontratação, visando assegurar que haja cobertura tarifária integral para estes eventos.

No primeiro trimestre de 2016, o suprimento de energia (em GWh) para a Elektro foi realizado (i) 49,0% por meio de contratos provenientes de Leilões de Energia no Ambiente Regulado, (ii) 20,7% da energia compulsória proveniente de Itaipu, (iii) 28,2% de fontes oriundas de Contratos de Cotas (decorrentes das novas regras estabelecidas pela Lei 12.783/13), (iv) 1,9% de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfa) e (v) 0,2% provenientes de outras fontes.

O gráfico a seguir demonstra a composição do volume de compras de energia da Elektro entre janeiro e março de 2016.

Contratos de Compra de Energia
(3.626,1 GWh) (*)


■ Leilões de Energia ■ Itaipu ■ Contratos Cotas ■ Proinfa ■ Geração Distribuída

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

6. RESULTADOS

Demonstração de Resultados	1T 2016	1T 2015 Reapresentado **	31/03/2016 vs 31/03/2015	
			△ R\$	△ %
Venda de Energia Clientes Finais	1.397,7	1.368,6	29,1	2,1%
Receita pelo Uso do Sistema de Distribuição	739,4	546,8	192,6	35,2%
Receita de construção	80,4	76,4	4,0	5,3%
Valores a Receber/(Devolver) de Parcela A e Outros Itens Financeiros	(264,8)	179,2	(444,0)	-247,7%
Outras Receitas	155,6	111,0	44,6	40,2%
Receita Operacional Bruta	2.108,4	2.282,1	(173,7)	-7,6%
Deduções às Receitas Operacionais	(858,5)	(684,5)	(174,0)	-25,4%
Deduções por Bandeiras Tarifárias	(107,1)	(95,5)	(11,6)	1,0%
Receita Operacional Líquida	1.142,8	1.502,0	(359,3)	-23,9%
Energia Comprada para Revenda	(693,1)	(1.013,7)	320,6	31,6%
Custo de Construção	(80,4)	(76,4)	(4,0)	-5,3%
Gastos e Despesas Operacionais	(226,5)	(203,4)	(23,1)	-11,4%
Resultado do Serviço	142,8	208,6	(65,8)	-31,5%
EBITDA *	185,6	249,1	(63,5)	-25,5%
Resultado Financeiro	(39,2)	(27,5)	(11,7)	-42,5%
Lucro Líquido	64,9	116,3	(51,4)	-44,2%

* O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) consiste no lucro líquido (R\$ 64,9 milhões em 31 de março de 2016) ajustado pelo resultado financeiro (R\$ 39,2 milhões), imposto de renda e contribuição social (R\$ 38,7 milhões) e depreciação e amortização de 2015 (R\$ 42,8 milhões). A administração da Elektro entende o EBITDA como uma medida gerencial de lucratividade, amplamente utilizada por investidores e analistas para avaliar e comparar o desempenho das empresas.

** Após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação de seu desempenho operacional e financeiro, a Elektro procedeu, conforme as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, com a realização de ajustes e reclassificações de forma retrospectiva de alguns números de 2015. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 2.

A Receita Operacional Bruta da Elektro registrou R\$ 2,1 bilhões no primeiro trimestre de 2016, 7,6% abaixo do valor do mesmo período de 2015 (R\$ 2,3 bilhões). As variações observadas devem-se principalmente ao aumento da receita devido:

- (i) Revisão extraordinária nas tarifas aplicadas a partir de 02 de março de 2015, com incremento médio percebido pelo consumidor de 24,25%;
- (ii) Revisão Tarifária a partir de 27 de agosto de 2015, com reajuste médio aplicado nas tarifas de 4,20%.

Por outro lado, os seguintes eventos impactaram negativamente a linha de Receita Operacional Bruta, tais como:

- (iii) Redução de 5,6% do mercado total, em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente motivada pelos seguintes fatores: (i) desaceleração da produção industrial, (ii) retração do mercado de trabalho e consequente diminuição de renda, (iii) programa de incentivo ao uso consciente de energia e (iv) efeito do reajuste das tarifas sobre o consumo.
- (iv) Constituição de valores a devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros (CVA), no montante de R\$ 264,8 milhões ao longo do primeiro trimestre de 2016, uma vez que, no mesmo período do ano anterior, foi constituído o montante de R\$ 179,2 milhões de valores a receber de CVA. Esse saldo a

devolver decorre, basicamente, do menor custo com energia a partir de junho/15, por meio de: (i) constituição da CVA pelo faturamento de Bandeiras Tarifárias, (ii) entrada de volume elevado de energia de cotas (CCGF), em média de R\$ 31,00/MWh, e (iii) desligamento das usinas térmicas, possibilitando redução de custos por outras fontes de energia.

Outra variação importante decorre da marcação a mercado do ativo financeiro indenizável que desde dezembro de 2015 passou a ser classificado na linha de Receita Operacional (especificamente Outras Receitas). No primeiro trimestre de 2016 a Elektro registrou uma receita de R\$ 28,2 milhões e, para fins de comparação, o resultado do primeiro trimestre de 2015 no montante de R\$ 7,3 milhões também foi reclassificado. A variação de R\$ 20,9 milhões entre os períodos deve-se principalmente ao efeito da consideração da nova Base de Remuneração Regulatória do 4º Ciclo homologada, em agosto de 2015.

As deduções às Receitas Operacionais do primeiro trimestre de 2016 evoluíram R\$ 174,0 milhões, quando comparadas ao mesmo período do ano anterior. Esta variação deve-se, principalmente, aos reajustes no encargo de Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, cujo requerido aumento ocorreu para (i) recompor o Fundo CDE, utilizado entre 2013 e 2014, e (ii) incorporação dos valores necessários para a amortização dos empréstimos (Contratos de Financiamento da Operação ACR, fechados ao longo de 2014 e 2015), de forma que as distribuidoras pudessem repassar tais montantes à CCEE. Ressalta-se que esta variação está compensada nas linhas de Venda de Energia a Clientes Finais e Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros, tendo efeito neutro no resultado.

Em 2016 houve um aumento de R\$ 11,6 milhões referente ao mecanismo de Bandeiras Tarifárias, antecipando o recebimento, em caixa, de variações em relação aos valores previstos em tarifa, que seriam apenas revertidos para a Elektro na medida em que fossem faturados, nos 12 meses subsequentes ao Reajuste Tarifário, a partir de agosto de 2016. Ressalta-se que, por se tratar de uma antecipação de Valores a Receber de Parcela A (CVA), seu efeito é neutro no resultado.

Com isso, a Receita Operacional Líquida reduziu 23,9%, passando de R\$ 1.502,0 milhão no primeiro trimestre de 2015 para R\$ 1.142,8 milhão no mesmo período de 2016.

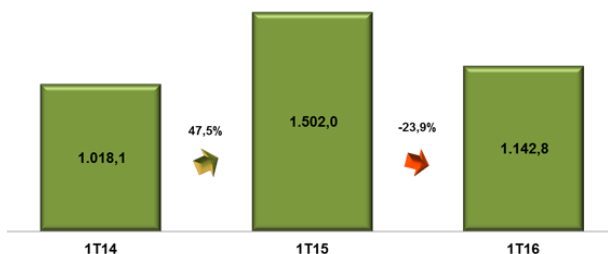
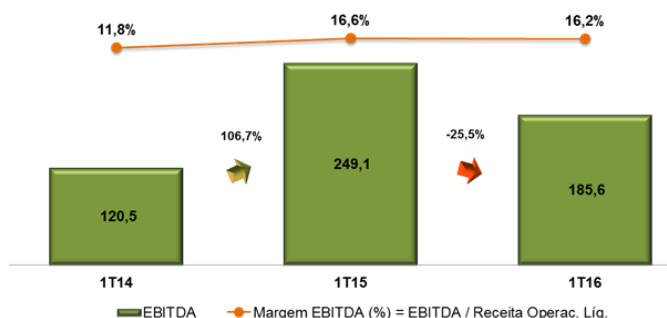
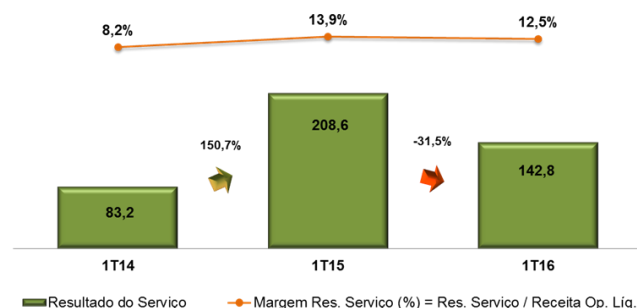
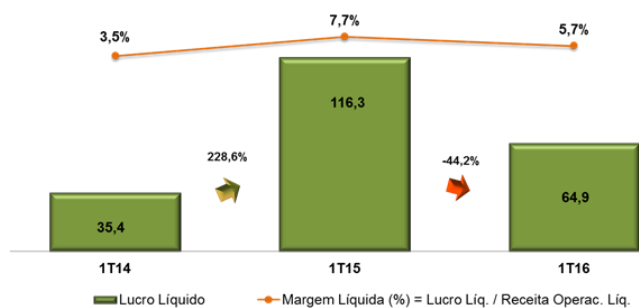
O Custo da Energia Comprada para Revenda do primeiro trimestre de 2016 (R\$ 693,1 milhões) registrou um decréscimo de 31,6% (R\$ 320,6 milhões) frente aos custos de janeiro a março de 2015 (R\$ 1.013,7 milhões), uma vez que verificou-se redução no volume de suprimento de energia, atrelado ao melhor *mix* de alocação de contratos de energia.

Os Gastos e Despesas Operacionais somaram R\$ 226,5 milhões no primeiro trimestre de 2016 frente a R\$ 203,4 milhões no mesmo período de 2015. A variação de R\$ 23,1 milhões decorre, principalmente, do aumento das Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa, no montante de R\$ 15,6 milhões. Este incremento reflete uma conjuntura econômica adversa, que vem afetando o poder aquisitivo e a capacidade de pagamento dos clientes, cujos impactos tem sido suavizados pelas assertivas ações de cobrança conduzidas pela Companhia.

O EBITDA encerrou o período em R\$ 185,6 milhões, com redução de R\$ 63,5 milhões em relação ao EBITDA dos primeiros três meses de 2015 (R\$ 249,1 milhões). Esta redução deve-se aos efeitos descritos acima.

No período, a Elektro apresentou Despesa Financeira de R\$ 39,2 milhões, R\$ 11,7 milhões acima do mesmo período do ano anterior, basicamente pelas despesas com juros sobre empréstimos de terceiros após elevação dos indexadores sobre o endividamento da Companhia, suavizado pela maior receita de aplicações financeiras e encargos sobre conta de energia elétrica em atraso. Durante o ano, a Elektro continuou com sua gestão de caixa prudente, visando assegurar sua liquidez financeira, garantindo a estabilidade do negócio e mantendo o nível adequado de investimentos.

Considerando os fatores acima mencionados, a Elektro registrou Lucro Líquido de R\$ 64,9 milhões no primeiro trimestre de 2016, R\$ 51,4 milhões abaixo do resultado do mesmo período de 2015 (R\$ 116,3 milhões).

Receita Operacional Líquida (R\$ milhões)

EBITDA (R\$ milhões)

Resultado do Serviço (R\$ milhões)

Lucro Líquido (R\$ milhões)


6.1. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em 28 de janeiro de 2016 foi pago aos acionistas o montante de R\$ 98,3 milhões (líquido de imposto de renda retido na fonte) de Juros sobre Capital Próprio do exercício social de 2015, previamente aprovado em Reunião do Conselho de Administração, realizado em 27 de outubro de 2015.

Em Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2016 foi aprovado o lucro líquido de 2015 no montante de R\$ 371,2 milhões. Desta forma, e de acordo com proposta apresentada na Reunião do Conselho de Administração de 19 de fevereiro de 2016, também foi aprovado o pagamento de R\$ 72,6 milhões relativos a dividendos adicionais propostos e calculados com base no lucro líquido de 2015 e Resultado Abrangente do período. Os dividendos serão pagos conforme disponibilidade de caixa até o encerramento do exercício, precedido de aviso aos acionistas publicado para essa finalidade.

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

31/03/2016	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	
			R\$ milhões	%
Empréstimos com Terceiros, líquidos de instrumentos derivativos (Swap)				
Debêntures	262,2	841,8	1.104,0	39,9%
BNDES Finem / Finame	69,9	404,1	474,0	17,1%
Eletrobrás	13,4	47,4	60,8	2,2%
Finep	11,8	27,5	39,3	1,4%
BEI	59,9	407,5	467,4	16,9%
Moeda Estrangeira (4131)	280,1	714,5	994,6	35,9%
Resultado do Swap	(143,0)	(241,8)	(384,8)	-13,9%
Arrendamento mercantil	3,8	10,2	14,0	0,5%
Total da Dívida	558,3	2.211,1	2.769,4	100,0%
Perfil da Dívida	20%	80%	100%	
Caixa, Aplicações Financeiras e Caução de Fundos ⁽¹⁾			(868,8)	
Endividamento Líquido			1.900,6	

⁽¹⁾ Considera garantias específicas de dívidas, excluindo garantias caucionadas para compra de energia elétrica, fundo educacional e outros.

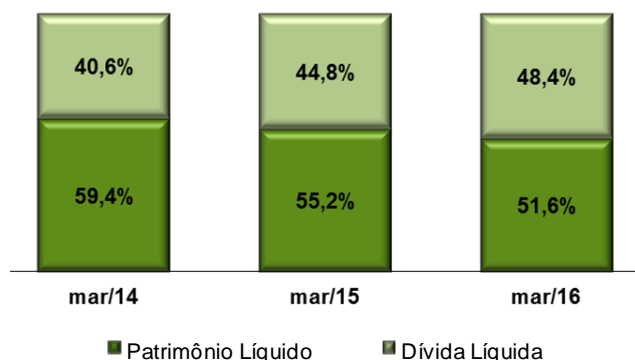
A Elektro encerrou o primeiro trimestre de 2016 com endividamento líquido de R\$ 1.900,6 milhão (2,0% abaixo da posição encerrada em 31 de dezembro de 2015, quando o endividamento líquido era de R\$ 1.939,2 milhão), resultado do endividamento total de R\$ 2.769,4 milhões e saldo de caixa, aplicações financeiras e caução de fundos de R\$ 868,8 milhões. A dívida de curto prazo corresponde a 20% do endividamento total.

No primeiro trimestre de 2016 foi liberado o montante parcial de R\$ 20,0 milhões, referente ao novo contrato de financiamento junto ao BNDES, firmado em 17 de dezembro de 2015 na modalidade FINEM, no montante total de R\$ 258,2 milhões, destinado à implantação do Plano de Investimentos 2015-2016 com prazo de financiamento de 8,5 anos e carência de 19 meses. Ao todo, foram liberados R\$ 130,0 milhões desde a assinatura do contrato.

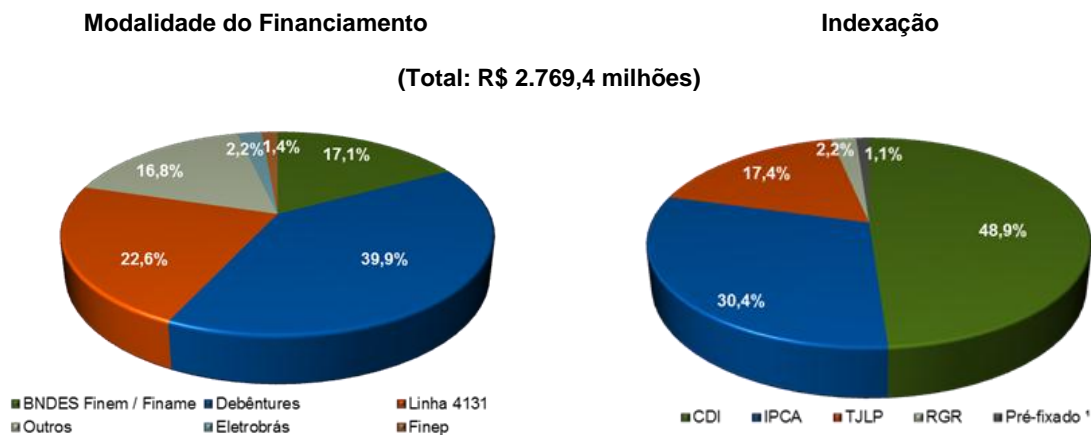
Em março de 2016 houve a liberação dos recursos financeiros do contrato junto à Caixa Econômica Federal, agente financiador do Programa Luz para Todos da Eletrobras. Esta foi a primeira liberação, correspondente a 70% do valor do contrato, no valor de R\$ 6,1 milhões.

Em março de 2016, a Companhia apresentou alavancagem de 48,4%, mantendo uma composição adequada entre capital próprio e de terceiros com endividamento a taxas atrativas para financiamento de seus investimentos e manutenção de sua liquidez financeira.

Estrutura de Capital
(Dívida Líquida / (Dívida Líq. + Patrimônio Líquido))



Em 31 de março de 2016, o endividamento total da Elektro apresentava as seguintes características:

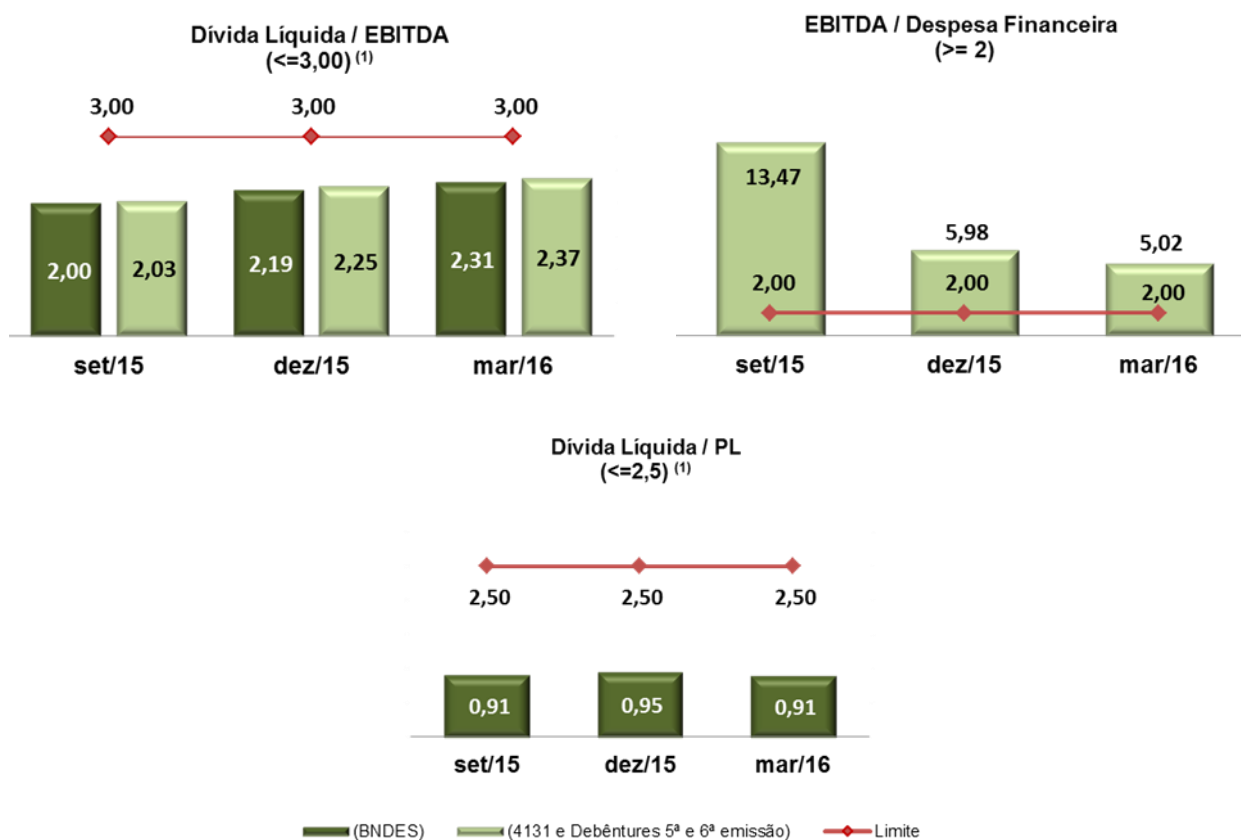


¹ Consideram recursos da FINEP sem indexação.

7.1. Covenants Financeiros

A Companhia sempre cumpriu e vem mantendo uma relação confortável com os limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nos contratos firmados com o BNDES, nas escrituras das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures e nos financiamentos em moeda estrangeira (via Lei nº 4131) com os bancos HSBC, Mizuho e Banco de Tokyo.

A evolução dos *covenants* financeiros frente aos limites estabelecidos é demonstrada a seguir:



⁽¹⁾ BNDES. Para este contrato, a definição de EBITDA contempla a exclusão dos efeitos de outras Receitas/Despesas Operacionais, tais como ganhos/perdas com planos de pensão e lucro/prejuízo na alienação de imobilizado.

8. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Em 9 de setembro de 2015, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's (S&P) rebaixou o crédito soberano do Brasil, de 'brBBB-' para 'brBB+', que deixou de ser grau de investimento. E, em 17 de fevereiro de 2016, a S&P rebaixou pela segunda vez o crédito soberano do país para 'brBB'.

Como consequência direta, em 10 de setembro de 2015 e 17 de fevereiro de 2016, a S&P reavaliou o *rating* de crédito corporativo da Elektro de 'brAAA' para 'brAA+' e depois para 'brAA-'. A 5ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 300 milhões, emitida em 15 de agosto de 2011, e a 6ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, no valor de R\$ 650 milhões, emitida em 12 de setembro de 2012, também tiveram seus *ratings* reavaliados para 'brAA-'.

Com esta nota, a Elektro continua apresentando o melhor *rating* possível que uma empresa regulada poderia ter na escala de crédito nacional.

9. POLÍTICA DE UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a empresa de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros.

A Elektro mantém contrato de operação de *swap* vinculada ao desembolso do financiamento obtido junto ao Banco Europeu de Investimento (BEI) em 15 de outubro de 2013, no montante de US\$ 128,9 milhões, cujo desembolso ocorreu em 31 de outubro de 2013.

Adicionalmente, são mantidos R\$ 700,5 milhões em contratos de *swap* vinculados a financiamentos em moeda estrangeira (via Lei nº 4131). Deste total, R\$ 300,5 milhões referem-se a duas contratações realizadas em março de 2015 junto ao Banco de Tokyo e ao Mizuho, com início e vencimento nas mesmas datas dos contratos de financiamento.

O *swap* tem como objetivo eliminar o risco de variação cambial de captação em moeda estrangeira vinculada a uma taxa de juros em dólares norte-americanos, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Bancários (CDI).

A Companhia também possui pagamentos de compra de energia de Itaipu que são atrelados ao dólar norte-americano, cujas variações cambiais estão contempladas no reajuste tarifário anual aplicável à Companhia e devidamente reconhecidos como Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros.

10. FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa	Valores em R\$ milhões		△ R\$ milhões
	1T 2016	1T 2015 Reapresentado	1T 2016 x 1T 2015
Lucro líquido do período	64,9	116,3	(51,4)
Depreciação e outras amortizações	42,7	40,5	2,2
Juros e variação monetária e cambial	94,2	78,7	15,5
Outros	64,4	63,7	0,7
Despesas (receitas) que não afetam o caixa	201,3	182,9	18,4
Lucro Líquido Ajustado	266,3	299,2	(32,9)
Variação do Capital de Giro Operacional	(14,7)	(98,9)	84,2
Geração (Consumo) Operacional de Caixa após Imposto de Renda, Contribuição Social e Pagamento de Juros	251,6	200,3	51,3
Adições ao intangível, ao ativo indenizável e imobilizado	(80,4)	(76,4)	(4,0)
Valor recebido (pago) na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado	2,4	0,8	1,6
Caução de fundos e depósitos vinculados	6,2	(4,6)	10,8
Geração (Consumo) de Caixa nas Atividades de Investimento	(71,9)	(80,2)	8,3
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	(24,0)	(13,7)	(10,3)
Captação de empréstimos e debêntures	26,1	370,4	(344,3)
Geração (Consumo) de Caixa nas Atividades de Financiamento antes do Pagamento de Dividendos	2,2	356,7	(354,5)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(98,3)	-	(98,3)
Geração (Consumo) de Caixa nas Atividades de Financiamento após Pagamento de Dividendos	(96,1)	356,7	(452,8)
Geração (Consumo) Líquido de Caixa	83,6	476,8	(393,2)
Saldo Inicial do Período (excluindo caução de fundos)	785,1	578,6	206,5
Saldo Disponível de Caixa do Período (excluindo caução de fundos)	868,8	1.055,4	(186,6)

A Geração de Caixa Operacional após impostos e juros somou R\$ 251,6 milhões nos primeiros três meses de 2016 (R\$ 51,3 milhões acima do resultado registrado até março de 2015), impactada positivamente pela redução da CDE de 2016 quando comparado com o montante reconhecido na tarifa, bem como redução do custo médio de energia em relação as tarifas homologadas no último reajuste tarifário.

A geração de caixa da Companhia também foi impactada pela menor geração de Caixa nas Atividades de Financiamento (R\$ 354,5 milhões abaixo da geração do primeiro trimestre de 2015), uma vez que nos três primeiros meses de 2015, a Elektro obteve (a) R\$ 300,5 milhões por meio de instrumento financeiro da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, em linhas de financiamento de longo prazo denominadas em moeda estrangeira, e (b) liberação de R\$ 50,0 milhões de financiamento junto ao BNDES.

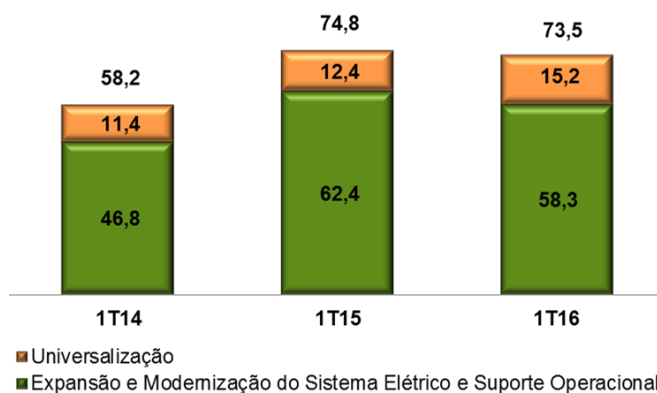
Ainda, houve em janeiro de 2016 o pagamento de Juros sobre Capital Próprio do exercício social de 2015, no montante líquido de imposto de renda retido na fonte de R\$ 98,3 milhões. Durante o primeiro trimestre de 2015 não houve pagamento de Juros sobre Capital Próprio.

Neste sentido, o primeiro trimestre de 2016, registrou geração líquida de caixa de R\$ 83,6 milhões, R\$ 393,2 milhões menor que o caixa gerado no primeiro trimestre de 2015, no montante de R\$ 476,8 milhões, especialmente impactada por eventos pontuais ocorridos: (i) pagamento de Juros sobre Capital Próprio no primeiro trimestre de 2016 e (ii) captação de linha de financiamento no valor de R\$ 300,5 milhões via Lei nº 4.131 em março de 2015.

11. INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO

No primeiro trimestre de 2016, a Elektro investiu R\$ 75,0 milhões, dos quais R\$ 1,5 milhão corresponde a investimentos realizados com recursos de clientes. Este montante representa uma variação de 3% em relação aos investimentos registrados no mesmo período do ano anterior (R\$ 77,4 milhões, dos quais R\$ 2,4 milhões referiam-se a investimentos realizados com recursos de clientes), mantendo-se em linha com os investimentos do primeiro trimestre de 2015. Ressaltamos que esta variação nos investimentos não altera o planejamento anual da Companhia voltado ao atendimento das necessidades de nossos clientes, bem como a manutenção da qualidade na distribuição de energia elétrica nos padrões elevados que são priorizados pela Elektro.

Evolução dos Investimentos¹
(R\$ milhões)



⁽¹⁾ Exclui investimentos com recursos de clientes.

Os destaques do programa de investimentos do primeiro trimestre de 2016 foram:

- (i) R\$ 58,3 milhões na expansão, melhorias, preservação do sistema elétrico e suporte operacional, dos quais:
 - (a) R\$ 39,5 milhões estão associados a novas ligações e à expansão de subestações e de linhas de transmissão;
 - (b) R\$ 16,0 milhões foram investidos na preservação do sistema elétrico;
 - (c) R\$ 2,2 milhões foram investidos em programas de Tecnologia da Informação, Infraestrutura e na Frota;
 - (d) R\$ 0,6 milhão em melhorias e atualizações tecnológicas.
- (ii) R\$ 15,2 milhões no Programa de Universalização, em cumprimento à Lei nº 10.438 de abril de 2002, segregados da seguinte forma:
 - (a) R\$ 13,9 milhões referente a Programas de Universalização, que determina o atendimento de novas ligações a aumento de carga, sem ônus aos clientes com carga inferior a 50 kVA; e
 - (b) R\$ 1,3 milhão referentes a Programas Rurais, relacionados aos projetos de eletrificação de áreas rurais que viabilizam o fornecimento de energia elétrica a 135 novos clientes, por meio do Programa Luz para Todos.

Os investimentos realizados no primeiro trimestre de 2016 estão em linha com os de 2015. O nível adequado de investimentos reflete a política da Elektro de garantir a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados, bem como da geração de valor do negócio, mantendo seu compromisso com os clientes, a sociedade e a concessão.

12. DESEMPENHO OPERACIONAL

12.1. DEC e FEC

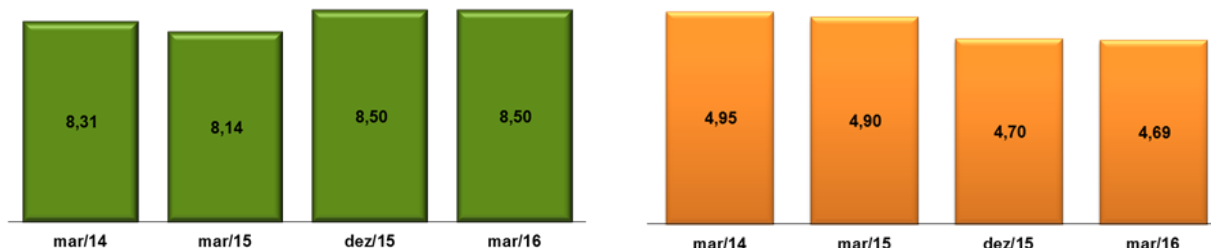
A Elektro tem forte compromisso com a eficiência e continua buscando a evolução em seu desempenho operacional de forma sustentável, refletida em seus principais indicadores operacionais, como fruto de investimentos em novas tecnologias e inovadores processos de engenharia de distribuição.

O indicador DEC (Duração Equivalente de Interrupção por consumidor) anualizado em março de 2016 está influenciado pela ocorrência de diversas tempestades com chuvas, ventos e descargas atmosféricas ocorridas no último trimestre de 2015. As atipicidades climáticas verificadas foram causadas pelo fenômeno atmosférico 'El niño' que afetou a América do Sul no final de 2015.

O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor) anualizado em março de 2016, apresenta melhora em relação à toda a série histórica apresentada e é o melhor resultado da história da Elektro. Este indicador está relacionado diretamente à robustez da rede elétrica, notadamente influenciada pelo plano anual de manutenção preventiva e preditiva, pela utilização de novas tecnologias e componentes

de rede, e pela política de investimentos em melhoria que garantem maior confiabilidade no fornecimento de energia elétrica. Em março de 2016 o DEC anualizado registrou 8,50 horas e o FEC 4,69 interrupções, valores esses bem abaixo dos limites regulatórios definidos pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica.

DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas) ^(*) **FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (interrupções) ^(*)**

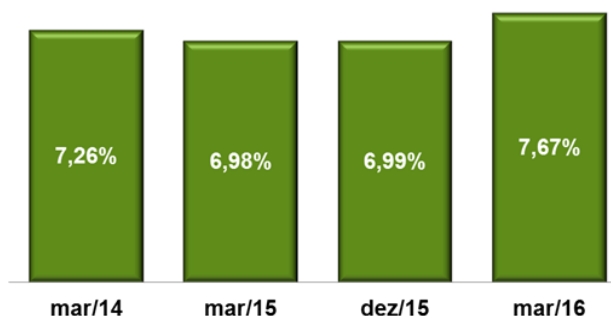


Obs.: Os indicadores acima não consideram os dias críticos, associados a situações de emergência, conforme definido pela resolução ANEEL no Prodist (Procedimentos da Distribuição). Casos considerados, os indicadores DEC e FEC de 31/03/2014 seriam 11,87 e 6,33, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/03/2015 seriam 10,62 e 5,90, respectivamente. Os indicadores DEC e FEC de 31/12/2015 seriam 14,39 e 6,52, respectivamente e os indicadores DEC e FEC de 31/03/2016 seriam 13,85 e 6,19, respectivamente.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

12.2. Perda de Distribuição

Perdas de Distribuição ^(*)



(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Em março de 2016 as perdas de distribuição apresentaram elevação quando comparadas ao mesmo período de 2015, registrando índice de 7,67% em função, principalmente, da redução do consumo de clientes conectados ao sistema elétrico de alta tensão (classe industrial), cujas perdas são sensivelmente mais baixas, comparativamente aos demais subgrupos conectados em baixa e média tensão (classes residencial e comercial), atrelados a diferença de um dia no mês de fevereiro de 2016, devido ao ano bissexto.

Adicionalmente, a partir do mês de setembro de 2012, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) passou a contabilizar perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) para as Distribuidoras de Energia Elétrica com base na Resolução Normativa da ANEEL nº 67/2004. Os resultados desta contabilização ainda não foram oficialmente divulgados, porém estima-se que o impacto desta alteração para a Elektro seja de 1,88% em março de 2016. Dessa forma, incluindo-se o efeito da contabilização de perdas nas DIT, o índice de perdas de março de 2016 seria de 9,55% e de março de 2015 seria 9,34%.


Notas:


- (i) A partir de dezembro de 2015, Companhia passou a publicar o Índice de Perdas apurado segundo metodologia utilizada pelo Agente Regulador (ANEEL), considerando a relação direta com os resultados operacionais, bem como a possibilidade de comparação com referenciais amplamente empregados no setor elétrico. A Administração entende que este método de cálculo é mais apropriado para demonstrar o desempenho do indicador de Perdas.

- (ii) Devido ao prazo de apuração do índice de Perdas de março de 2016 ser posterior ao período de divulgação deste relatório, os dados apresentados são estimados.
- (iii) O método de cálculo das perdas considera uma média móvel de 12 meses.

Mais informações sobre a Elektro

Relações com Investidores

 ri.elektro.com.br

 (19) 2122-1487

 ri@elektro.com.br